

# Associação Nacional de História – ANPUH

## XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

### Os índios Kadiwéu na História: problematizando fontes

Giovani José da Silva\*

**Resumo:** A comunicação problematiza fontes ligadas à constituição histórica da Reserva Indígena Kadiwéu, atualmente a maior terra indígena homologada no Centro-Sul brasileiro, com pouco mais de 538.000 hectares, localizada no município sul-mato-grossense de Porto Murtinho. Os Kadiwéu elaboram um discurso perante outras sociedades (inclusive indígenas) como guerreiros, cavaleiros, ativos participantes da Guerra do Paraguai e, por essa razão, únicos beneficiários de uma suposta doação de terras por parte do Imperador D. Pedro II. Procura-se demonstrar que, internamente, os Kadiwéu estariam realizando a atualização de uma tradicional divisão hierárquica (senhores e cativos) por meio da posse da terra.

**Palavras-chave:** Reserva Indígena Kadiwéu – História – Fontes.

**Abstract:** This work discusses about sources related to the historical constitution of the Reserva Indígena Kadiwéu (Kadiwéu Indian Reserve), currently the largest homologated Indian land in the Center-South of Brazil, with more than 538.000 hectares, located in Porto Murtinho (a city in Mato Grosso do Sul State). The Kadiwéu consider themselves before the other societies (including the Indian ones) as warriors, horsemen, active participants of the Guerra do Paraguai (The War of Paraguay) and because of this they are the only ones who have rights of receiving a supposed donation of lands by the emperor D. Pedro II. It is tried to show that, internally, the Kadiwéu are supposed to be updating a traditional and hierarchic division (lords and slaves) through the possession of the land.

**Keywords:** Reserva Indígena Kadiwéu (Kadiwéu Indian Reserve) – History – Sources.

### Considerações iniciais

Os Kadiwéu habitam atualmente a maior terra indígena homologada no Centro-Sul brasileiro, a *Reserva Indígena Kadiwéu*, com pouco mais de 538.000 hectares, localizada no município sul-mato-grossense de Porto Murtinho. A presente comunicação problematiza fontes ligadas à construção física, social e simbólica da *Reserva*. Os Kadiwéu elaboram um discurso perante outras sociedades, inclusive indígenas, identitariamente como guerreiros, cavaleiros, ativos participantes da Guerra do Paraguai (1864-1870) e, por essa razão, únicos beneficiários de uma suposta doação de terras por parte do Imperador D. Pedro II (suposta porque as provas documentais que comprovem tal doação jamais foram encontradas).

---

\* Licenciado e Mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Professor substituto da UFMS/ Campus de Três Lagoas. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (UFG) e bolsista da UFG.

Procura-se demonstrar que, internamente, os Kadiwéu estariam realizando, na verdade, a atualização de uma tradicional divisão hierárquica (*senhores e cativos*) por meio da posse da terra (OLIVEIRA, 1999: 40-45), pois, afinal, “[...] um grupo, sabe-se, não pode exprimir o que tem diante de si — o que ainda falta — senão por uma redistribuição do seu passado” (CERTEAU, 2000: 93).

Os Kadiwéu, ao formularem suas narrativas, utilizam-se de categorias de marcação temporal. Frequentemente, são empregadas referências, tais como: *quando eu era bem pequeno; quando os meus pais andavam por aí, vivendo só da caça; dos tempos que eu falava muito; quando existia ainda índios que gostavam de matar estrangeiros*. Embora historiograficamente imprecisas, essas categorias apontam para referências temporais a partir da perspectiva Kadiwéu, delimitando características do modo de vida do grupo que se transformaram ao longo do tempo (SIQUEIRA JR., 1993). Para melhor compreensão, é necessário saber com quais categorias de narrativas os Kadiwéu operam. De acordo com a antropóloga Mônica T. S. Pechincha:

*Os Kadiwéu diferenciam pelo menos duas categorias de narrativas [...], parte delas pode ser classificada imediatamente na categoria de mitos, aquelas que os Kadiwéu chamam de “histórias de admirar”, ou “histórias que fazem milagres”, ou “exemplos de primeira indiada” (PECHINCHA, 1994: 80)*

Um outro tipo de narrativas seria aquele que reúne histórias que, segundo os informantes, são *histórias que aconteceram mesmo*. Nessa categoria, incluem-se narrativas sobre guerras contra outros grupos e a memória de um passado que se apresenta como *descrição histórica* de determinados acontecimentos. Entre essas narrativas incluem-se, também, relatos de conflitos com os não-índios, notadamente a participação na Guerra do Paraguai (PECHINCHA, 1994: 80). Ainda segundo a mesma antropóloga:

*[...] o passado de guerreiros é buscado como norma para ações possíveis. O índio quer continuar a viver como índio e para tanto irá mostrar que ainda é índio. E o Kadiwéu recorre ao passado para mostrar que ainda é índio. A força desta identidade está no passado. O Kadiwéu é mais Kadiwéu quando pode reeditar a guerra, ainda que com novos significados (PECHINCHA, 1994: 116).*

Os indígenas fazem, portanto, uma divisão de suas narrativas, classificando-as em *histórias que fazem milagres e histórias que aconteceram mesmo*. Todas elas referem-se à realização do chamado *sistema de índio* e, em qualquer uma delas, o tempo é sempre relevante (PECHINCHA, 1994). Os temas mais recorrentes das narrativas são as relações com

não-índios e com outros grupos indígenas, a Guerra do Paraguai, o território indígena e o Imperador D. Pedro II.

### **Os Kadiwéu, a Guerra do Paraguai e o Imperador**

Os grupos que conviveram com os Kadiwéu na *Reserva*, ao longo do tempo, foram principalmente os Terena e os Kinikinau, além dos Guarani-Kaiowá e dos Ofaié, que tiveram curta passagem pela *Reserva* entre as décadas de 1970 e 1980. Apesar do caráter das relações mantidas pelos Mbayá-Guaikuru com outros grupos étnicos — historicamente baseadas na dominação, convívio e troca de favores e obrigações — houve a incorporação de membros de inúmeras outras sociedades indígenas em meio aos atuais Kadiwéu, notadamente os Xamacoco, oriundos do Chaco paraguaio. A questão das relações interétnicas parece ter sempre preocupado os Kadiwéu e essa preocupação se reflete, por exemplo, no mito de criação, cujas versões coletadas não só evidenciam o caráter das relações interétnicas assimétricas, mas contextualizam, também, o surgimento dos não-índios. Com os Terena e os Kinikinau, ao longo do século XX, os Kadiwéu mantiveram relações de convívio, através de casamentos interétnicos e pela presença majoritária de membros desses grupos indígenas na aldeia São João, localizada no interior da *Reserva*.

Darcy Ribeiro (1980: 24) recolheu a seguinte fala em sua passagem pelas aldeias Kadiwéu, no final da década de 1940: “Ediu-adig (Kadiwéu) antigo era a nação mais poderosa; este mundo todo foi nosso: tereno, xamacoco, brasileiro, paraguaio, todos foram nossos cativos, hoje estamos assim”. Essa fala, não identificada pelo autor, revela o quanto mudou a percepção dos Kadiwéu sobre as relações interétnicas estabelecidas ao longo do tempo e de que forma o passado guerreiro é evocado nas lembranças, sobretudo dos mais velhos, como um período de conquistas territoriais e obtenção de cativos. Sobre as guerras, há um destaque especial nas narrativas para a guerra contra o Paraguai, a *grande guerra*, segundo os Kadiwéu.

A contrapartida que os Kadiwéu afirmam ter recebido pela participação na Guerra do Paraguai foi o reconhecimento, pelo Imperador D. Pedro II, sobre o território que ocupavam tradicionalmente. A exemplo dos Kadiwéu, grupos indígenas do Nordeste brasileiro também afirmam que a posse das terras que habitam foi confirmada pelo Imperador. “Alguns Kadiwéu chegam a especular sobre a existência de um documento assinado pelo Imperador, que estaria muito bem guardado (embora ninguém saiba onde), confirmando a posse do território aos Kadiwéu” (SIQUEIRA JR., 1993: 214-215).

Em 1981, a Funai incumbiu a antropóloga Jane Lúcia Faislon Galvão de encontrar o tal documento ou qualquer referência ao mesmo, mas a pesquisadora afirmou nada ter conseguido nos arquivos visitados<sup>1</sup>. Interessante notar esse destaque dado à figura de D. Pedro II na aquisição do vasto território que hoje ocupam os Kadiwéu. Tanto índios quanto não-índios, nos dias atuais, se referem ao monarca como o grande responsável pela doação de terras ao grupo, por causa de sua participação na Guerra do Paraguai. Entretanto, até o momento não foram encontrados, por nenhum pesquisador, quaisquer documentos que comprovem tal doação. A única referência obtida a respeito de uma possível ligação dos antigos Mbayá-Guaikuru com o Imperador, foi localizada em um texto de autoria de Davis Ribeiro de Sena, publicado na *Revista do Exército Brasileiro*:

*O Imperador D. Pedro II estava tão certo da influência decisiva dos intrépidos índios cavaleiros nessa incorporação, que recomendava, com particular carinho e elevada gratidão, aqueles silvícolas amigos, como o fez ao General Mello Rego, quando este regressava de Cuiabá, depois de cumprido seu período de governo: – “Como vão os meus amigos Guaicurús? Que notícias me dás deles?” E ao saber que viviam dispersos e caminhavam fatalmente para a extinção: – “Eles muito me merecem e, ao menos por gratidão, não deveríamos deixá-los chegar a esse estado” (SENA, 1983: 97.).*

A apropriação que os índios Kariri-Xocó, de Alagoas, fazem de um evento envolvendo a figura do Imperador, comentada pela antropóloga Vera Calheiros Mata, auxilia na compreensão dessa narrativa Kadiwéu, presente com muita força até os dias atuais, e que foi entendida, aqui, como uma mitificação da história:

*Porém, é importante recuperar a maneira como a história é interpretada pelo grupo. Se a tradição oral atribui à viagem de D. Pedro [II] a doação ou reconhecimento de terras, esta viagem se torna um marco significativo para legitimar a “posse imemorial” das terras. Já vimos que a figura “paternal” do Imperador, que doa terras aos índios, extrapola os grupos aqui estudados. Contudo, enquanto se registra na memória social esta imagem de D. Pedro II, a legislação do Império é implacável em sua política de “erradicação do problema indígena”. Além disso, como podemos verificar, o Imperador partilha da ideologia corrente, a respeito das populações indígenas “remanescentes”, desqualificando-as pela mestiçagem e degenerescência... (MATA, 1989: 69).*

Assim como os Kadiwéu e os Kariri-Xokó:

*[...] os Wassu, [...], destacam a sua participação na Guerra do Paraguai, em consequência da qual teriam recebido as quatro léguas de terra que reivindicam: “Os caboclos foram para os reis para pedir a D. Pedro nós deseja um chão de casa para criar família. Ele deu.” Ao mesmo tempo, esse apelo à história funciona como mecanismo justificador das perdas a que foram submetidos com a ocupação dos seus territórios originais dando bem a medida exemplar de uma autopercepção*

<sup>1</sup> Informação sobre os índios Kadiwéu, datada de 17 de junho de 1981, assinada pela antropóloga Jane Lúcia Faislon Galvão e encaminhada à assistente do DGPI/ Funai, Hidegart Rick. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 1981.

*fundada na perspectiva histórica, vital para a sua sobrevivência, enquanto povos etnicamente diferenciados* (CARVALHO, 1984: 176-177).

A antropóloga Maria Rosário G. de Carvalho, em artigo sobre a identidade dos povos do Nordeste (1984), refere-se ao fato de que diversos grupos indígenas nordestinos atribuem a D. Pedro II a doação de terras, hoje em litígio. Outros autores também registram o mesmo fato entre grupos indígenas distintos. Darcy Ribeiro relata, por exemplo, que:

*Ainda hoje os Xerente recordam aos vizinhos sertanejos as “ordens do Imperador”, como seu título indiscutível ao território tribal cada vez mais reduzido. A figura do imperador D. Pedro II assumiu tamanha importância para estes nossos contemporâneos Xerente que eles o incluíram na sua mitologia, identificando-o como o ancestral mítico de uma das metades tribais* (RIBEIRO, 1970: 67).

### **Considerações finais**

De acordo com Siqueira Jr.:

*As representações Kadiwéu sobre seu território, apreendidas através de seu discurso, revelam a perenidade e a recorrência da questão do uso e controle do espaço territorial. Esse conjunto de depoimentos corresponde a cinco fases: um primeiro período onde as caçadas, hábitos alimentares e viagens são destacadas [sic], que se referem a uma etapa histórica anterior à sua sedentarização; um segundo período que se refere ao fato de terem ganho o território do imperador D. Pedro II pela sua participação na Guerra contra o Paraguai; um terceiro período, marcado pela ocupação e defesa desse mesmo território; um quarto período, caracterizado pela inserção do SPI, e depois a FUNAI, e suas interferências na forma dos Kadiwéu se relacionarem com o espaço e o ambiente; e um último momento, que apresenta as perspectivas atuais e futuras desse grupo na reorientação de sua relação com o território* (SIQUEIRA JR., 1993: 198).

Praticamente todos os períodos abordados apresentam sinais de importantes mudanças, na medida em que foram estabelecidos a partir de marcos da história do contato Kadiwéu com a sociedade não-indígena, em que a relação com o território foi sendo alterada. Entretanto, concordando-se com Siqueira Jr., afirma-se que o processo de sedentarização, a interferência do SPI e a invasão de fazendeiros representaram as influências mais significativas na forma dos índios se relacionarem com o espaço.

Assim, a *Reserva Indígena Kadiwéu* é hoje uma pequena porção de terras, se comparada ao imenso território por onde os Mbayá-Guaikuru transitavam em séculos anteriores. Ainda assim, a sociedade não-indígena elabora um discurso de que os Kadiwéu possuem, na atualidade, mais terras do que necessitam. Esses índios, por sua vez, criaram uma tradição e nela se apóiam para explicar a posse das terras que hoje ocupam. Segundo essa

tradição, o Imperador D. Pedro II teria doado a eles as terras da *Reserva*. Interessante notar que esse mesmo discurso é utilizado por antropólogos e indigenistas, mas sem qualquer comprovação de sua veracidade! De acordo com a etnóloga Manuela Carneiro da Cunha, por exemplo:

*Quanto aos Kadiweu ou Guaicurus, foram, em 1830, armados pelos habitantes e auxiliados pela tropa para roubarem no Paraguai. Algumas décadas mais tarde, sua participação inicial em apoio aos brasileiros na Guerra do Paraguai valeu-lhes a demarcação de terras por ordem de D. Pedro II (CARNEIRO DA CUNHA, 1992: 29).*

Faz-se necessário deixar claro que não houve de fato doação alguma, embora acredite-se que a memória social Kadiwéu continuará a reproduzir o evento dessa maneira para as futuras gerações.

Com a crescente colonização de Mato Grosso, a partir de meados do século XIX, os Kadiwéu tiveram que se subjugar ao regime de aldeamento. Ainda em 1898, aliaram-se a uma das facções coronelistas (a de Antônio Pedro Alves de Barros) que disputavam o poder no Estado, com o intuito de se contraporem à aliança governista com o coronel Malheiros, que os reprimia violentamente. Mais uma vez, entre o fogo cruzado, os indígenas buscaram refúgio nas cercanias da Serra da Bodoquena, onde se concentram seus remanescentes até os dias atuais. Apesar de sofrerem significativas baixas no conflito civil, com a vitória de seus aliados passaram a gozar de relativa proteção governamental e foram contemplados, como forma de pagamento pelos serviços prestados, com um despacho assinado pela Presidência do Estado, de criação da reserva indígena.

A *Reserva Indígena Kadiwéu* foi demarcada pela primeira vez entre 1899 e 1900 e reconhecida oficialmente pela Presidência do Estado de Mato Grosso em 1903 (ocupada por Antônio Pedro A. de Barros!), passando a ser administrada, na década de 1920, pelo Serviço de Proteção aos Índios. Em 1931, foram ratificados os limites propostos pelo agrimensor José de Barros Maciel na primeira demarcação. Os problemas fundiários, porém, foram uma constante na história das terras dos Kadiwéu e os indígenas não apagaram da memória as invasões e conflitos ocorridos no século passado. Os pecuaristas começaram a adentrar as terras dos Kadiwéu a partir da segunda metade do século XX e, desde o final da década de 1950, iniciaram, portanto, a ocupação desse espaço com autorização oficial do SPI.

As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas pela desarticulação de inúmeros aldeamentos em função da crescente entrada de fazendeiros com grande quantidade de gado nas áreas arrendadas da *Reserva*. Os indígenas que resistiram às tentativas do SPI de transferir

as moradias para as proximidades dos postos tiveram que fazê-lo sob pressão dos fazendeiros. A institucionalização pelo SPI do papel de *capitão*, enquanto único representante político do conjunto da sociedade indígena, tendeu, inclusive, a aumentar as tensões internas resultantes da fusão forçada de agrupamentos Kadiwéu. Um outro aspecto ainda pouco explorado pelos historiadores é a divisão do interior da *Reserva* em fazendas, pelos membros do grupo. Futuras pesquisas podem aprofundar o tema e verificar se a hipótese levantada por antropólogos, de que estaria se realizando uma atualização da antiga divisão hierárquica (*senhores e cativos*) é correta. Como isso teria se originado? Como ocorreu o processo de distribuição das fazendas entre os membros do grupo? Siqueira Jr. levanta a hipótese:

*[...] de que a forma de apropriação das fazendas arrendadas pelos Kadiwéu, espelha aspectos da antiga divisão territorial entre os “cacicatos”, tendo em vista que o controle que predomina atualmente sobre estas terras arrendadas pertence justamente às famílias de líderes e chefias da área, e que também descendem do antigo estrato dos **Otagodepodí** (SIQUEIRA JR., 1993: 195).<sup>2</sup>*

Ainda de acordo com a antropóloga Silvia Carvalho,

*Após uma longa história de lutas somente os Kadiwéu tinham conseguido manter sua identidade enquanto grupo étnico. Alguns remanescentes de outro grupo mbyá ainda vivem em aldeias terena. A resistência toma, hoje, outras formas, as reivindicações fazendo-se presentes por meio de uma articulação das lideranças indígenas, em âmbito tanto nacional quanto internacional. A luta pelas terras que continuam sempre invadidas, aqui e acolá, por fazendeiros, é hoje jurídica, não mais armada (CARVALHO, 1992: 469-470).*

Engana-se, pois, quem imagina que a homologação e o registro das terras da *Reserva Indígena Kadiwéu*, a maior área indígena do Centro-Sul brasileiro, ocorrida em 1984, pôs fim aos problemas de invasões, arrendamentos ilegais e conflitos pela posse fundiária no sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul. Esta, porém, é uma outra história...

### **Referências bibliográficas:**

CARNEIRO DA CUNHA, M. (Org.). **Legislação indigenista no século XIX**: uma compilação (1808-1889). São Paulo: EDUSP/ CPI-SP, 1992. 362 p.

CARVALHO, Maria Rosário G. de. *A identidade dos povos do Nordeste*. **Anuário Antropológico 82**, Rio de Janeiro/ Fortaleza, Tempo Brasileiro/ UFC, p. 169-188, 1984.

<sup>2</sup> Otagodepodí: “senhores”. Palavra que designa senhor ou patrão (SOCIEDADE INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA (SIL), 2002).

CARVALHO, S. M. S. *Chaco: encruzilhada de povos e “melting pot” cultural, suas relações com a bacia do Paraná e o Sul mato-grossense*. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: SMC/ FAPESP, Companhia das Letras, 1992. p. 457-474.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. 345 p.

MATA, Vera L. Calheiros. **A semente da terra: identidade e conquista territorial por um grupo indígena integrado**. 1989. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu: Nacional/ UFRJ, Rio de Janeiro, 1989.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Ensaio em antropologia histórica**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. 269 p.

PECHINCHA, M. T. S. **Histórias de admirar: mito, rito e história Kadiwéu**. 1994. 202 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 1994.

RIBEIRO, Darcy. **Kadiwéu: ensaios etnológicos sobre o saber, o azar e a beleza**. Petrópolis: Vozes, 1980. 318 p.

\_\_\_\_\_. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. 495 p.

SENA, D. R. de. *A ação histórica dos Guaicurús e o seu legado*. Rio de Janeiro, **Revista do Exército Brasileiro**, n. 120, v. 3, p. 93-99, jul./set. 1983.

SIQUEIRA JR., Jaime G. **"Esse campo custou o sangue dos nossos avós": a construção do tempo e espaço Kadiwéu**. 1993. 290 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1993.

SOCIEDADE INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA (SIL). **Dicionário da Língua Kadiwéu: Kadiwéu-Português. Português-Kadiwéu**. Cuiabá: 2002. 364 p.